

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Cláudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont’Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o diálogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ, Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

PREFÁCIO

Nesta aprazível Cidade de João Pessoa, linda Capital do Estado da Paraíba, foi realizado nos dias 05 a 08 de novembro de 2014 o XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, cujos estudos e apresentações se desenvolveram no âmbito do tema central - A Humanização do Direito e a Horizontalização da Justiça no século XXI. Os congressistas foram calorosamente bem recebidos, tanto pela Direção do CONPEDI como pelos receptores do evento - Universidade Federal da Paraíba, através de seu Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas - PPGCJ.

O crescimento deste importante evento de Pós Graduação, pode-se notar pelo aumento dos grupos temáticos de trabalho nesta edição.

Coordenamos o GT “Direito e Novas tecnologias II” e, por uma questão metodológica, para bem facilitar e incentivar os debates, optamos por dividir os trabalhos em subgrupos temáticos que ora são apresentados.

Com o advento da lei 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabeleceu os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, o GT se iniciou com a apresentação de trabalhos sobre a “Regulação geral da internet, no âmbito de seu marco civil e da ordem normativa específica”. No contexto da liberdade e do controle do ciberespaço, foi apresentada interessante relação entre o marco civil da internet e o governo eletrônico. Uma análise atual do contexto da sociedade informacional e cibercultura foi visitada em interessante artigo, no qual a delimitação do tema foca-se nas mídias interativas no contexto escolar. Os provedores de serviços da rede foram objeto de estudo no campo da responsabilidade civil à luz dos novos paradigmas trazidos pelo marco civil regulatório “*judicial notice and takedown*”.

No âmbito dos textos relacionados ao segundo subgrupo temático intitulado “Direitos da personalidade, direitos fundamentais e a dignidade humana”, foram verificados os impactos da tecnologia na pessoa e nas relações sociais. Iniciou-se com a apresentação do chamado discurso do ódio difundido nas mídias sociais, no contexto da discriminação em relação às regiões norte e nordeste do Brasil. A apresentação de situação específica de inclusão social foi objeto de artigo sobre audiodescrição no cinema brasileiro como ferramenta válida. Direitos personalíssimos a honra, imagem e dignidade humana, foram visitados a partir da repercussão de sua violação no âmbito do dano moral. Os novos desafios inerentes à liberdade de expressão na internet em razão de sua estrutura, foram apresentados sob a ótica de uma (im) possível colisão de direitos. O direito ao esquecimento foi apresentado sob o prisma da divulgação de dados pretéritos, assim como foi defendida a ideia de direito à “morte digital” a partir da análise de casos concretos. Os direitos humanos foram relacionados ao biodireito objetivando o acesso à tecnologia assistida em um dos estudos apresentado. A análise da segurança e medicina do trabalho foi efetivada de forma instigante a partir de estudo para além da dogmática jurídica da OIT. Finalizou este bloco de importantes apresentações, o trabalho que abordou o controle social a partir da utilização de dados obtidos de forma eletrônica como facilitador de crimes nas esferas privadas e públicas.

No subgrupo de trabalho que avaliou os “Impactos de ordem econômica em matérias relacionadas à repercussão sob contratos, regulação bancária e consumo”, houve também o intenso debate. Sob a ótica das sociedades corretoras de valores mobiliários e das operações denominadas de “*high frequency trading*” foi verificada a intervenção regulatória sobre a inovação tecnológica no mercado de capitais. Em outro artigo, foi apresentada a operação Orchard e o uso da força no espaço cibernético numa transposição entre a névoa da guerra e as nuvens cibernéticas. Uma análise libertária efetivada com base no modelo da escolha racional, foi apresentada para avaliar a função do Estado em face dos riscos relacionados à tecnologia da informação. No âmbito da contratualidade eletrônica, foram apresentados os seus aspectos jurídicos, em face do

Código de Defesa do Consumidor num ambiente de globalização de significados.

O ultimo subgrupo versou sobre os “Impactos sociais e políticos das novas tecnologias” e se iniciou com a inclusão digital e o acesso à informação como pressuposto para a cidadania na sociedade informacional. Uma análise da democracia digital e do efetivo poder estatal foi efetivada com base na internet como instrumento para a concretização de direitos. No âmbito da integração possível, foi apresentado um estudo que traça um paralelo entre internet e democracia. Os movimentos sociais praticados com o concurso da rede mundial, foram visitados do ponto de vista do ativismo ambiental por meio de internet como instrumento na proteção do meio ambiente. As políticas públicas para o software livre foram vistas a partir do solidarismo e das práticas colaborativas no âmbito dos princípios da administração pública. Foram finalmente, apresentados os trabalhos concernentes ao estudo da jurisdição na sociedade da informação com base na visão infinita em todas as direções, bem como o estudo relativo à proteção e transferência de tecnologias sustentáveis em prol do desenvolvimento.

Parece-nos que os trabalhos apresentados encontram completa sintonia com as premissas da disciplina do uso da internet no Brasil, demonstrando um reconhecimento à liberdade de expressão, além da preocupação com os direitos humanos, privacidade e dignidade, numa sociedade cada vez mais vigilante. Os desafios futuros das pesquisas não são poucos, dado ao fato de que as tecnologias são mutáveis, caminhando para uma internet mais ampla e menos custosa. Igualmente, devido à necessidade de proteção dos direitos fundamentais do cidadão como uma constante a demandar uma sincronia entre as liberdades decorrentes de uma pessoa e outras, inerentes ao próprio modelo de negócios virtuais no âmbito do princípio da livre iniciativa. A julgar pelo interesse dos pesquisadores neste Grupo de Trabalho e da qualidade dos estudos apresentados, os programas de Pós Graduação do País, estão cada vez mais preparados para estes desafios futuros.

Primavera de 2014.

Os Coordenadores

Prof. Dr. Adalberto Simão Filho – UNAERP – FMU

Prof. Dr. Antonio Jorge Pereira Júnior – UNIFOR

Prof.Dra. Valéria Ribas do Nascimento – UFSM.

-
-